

MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ – COMUGESAN

Santo André, 18 de outubro de 2022

PARTICIPANTES

Poder Público:

- Eriane Justo Luiz Savóia – secretária executiva e representante titular do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA);
- Nathalia Oliveira Padovanni – representante suplente do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA);
- Lilian Chinez Moreno – representante suplente da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos (SEMASA);
- Nilson Oliveira Bispo – representante titular do Departamento de Manutenção e Obras (PSA);
- Eudes Farina Grandolpho – representante suplente do Departamento de Resíduos Sólidos (SEMASA);
- Fernanda Longhini Ferreira – representante suplente da Gerência de Planejamento e Licenciamento Ambiental (SEMASA);
- Rosimeire Cândida B. Clemente – representante titular da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos (PSA);
- Zilda Rodrigues de Lima – representante titular da Secretaria de Saúde (PSA).

Sociedade Civil:

- Eduardo Gobatti – representante titular da Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA);
- Alexandre Almeida Oshiro – representante titular do Clube da Família do Parque Andreense;

- Joyce de Cillo Rios – representante titular da Ordem dos Advogados do Brasil – 38ª Subseção Santo André (OAB);
- Lygia Carniel D’Oliveira – representante suplente da Ordem dos Advogados do Brasil – 38ª Subseção (OAB);
- Wheber Lopes da Silva – representante titular do Sindicato dos Servidores Públicos de Santo André (SINDSERV);
- Elena Maria Rezende – representante titular da PROLEG – Promotoras Legais Populares de Santo André (PROLEG);
- Luciana Pereira – representante suplente da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Convidados:

- Davi Augusto Vieira – Secretária Executiva do COMUGESAN;
- Mario Matiello – PSA/DPE/UPAE;
- Andreia Feitosa – PMSA;
- Rodrigo Romão – DGA/SEMASA

PAUTA

- Informes da Plenária;
- Informes da Secretária Executiva;
- Proposições e questionamentos;
- Assuntos:
 - ✓ Atualização sobre a implantação da Linha de Transmissão 345 kV Alto da Serra – Sul pela ISA CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista;
 - ✓ Aprovação do Edital de Convocação para o Processo Eleitoral do Biênio 2023-2024 do Comugesan;
 - ✓ Formação de Comissão Eleitoral para análise das candidaturas inscritas no Biênio 2023-2024 do Comugesan.

ABERTURA

- Elena Maria Rezende (DGA/SEMASA) deu as boas-vindas aos conselheiros e convidados presentes. Informou que presidirá a reunião,

pois o Presidente Gilvan Ferreira de Souza Júnior (SUP/SEMASA) não poderá comparecer ao evento.

INFORMES DA PLENÁRIA

- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se alguém da plenária gostaria de dar algum informe.
- A plenária não se manifestou.

INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA

- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) traçou um breve histórico de ações e discussões realizadas pelo Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Pedroso: 08/03/2022 – Empossamento dos conselheiros; 02/04/2022 – Curso de capacitação sobre Unidades de Conservação e atuação de Conselhos Municipais, com visita ao Santuário Nacional da Umbanda; 12/05/2022 – 1ª Reunião Ordinária, cuja pauta discutida abarcou a aprovação do calendário anual de reuniões e detalhes sobre o projeto de implantação da linha de transmissão 345 Kv Alto da Serra – Sul pela ISA CTEEP; 11/08/2022 – 2ª Reunião Ordinária, na qual foi discutida a redação do regimento interno do Conselho Gestor do PNMP; 20/10/2022 – 3ª Reunião Ordinária, na qual será realizada a aprovação do regimento interno e o encaminhamento de propostas de compensação ambiental referentes ao empreendimento habitacional da Estrada do Cata Preta, que atinge parte da zona de amortecimento do Parque Natural Municipal do Pedroso.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se o empreendimento comentado é uma iniciativa da prefeitura.
- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) esclareceu que o licenciamento ambiental proposto é da MRV.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou qual o valor estimado para a compensação ambiental do empreendimento.
- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) respondeu que será em torno de um milhão.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) apresentou à plenária o Encarregado de Mananciais Rodrigo Romão, que, por ora, ficará

responsável tecnicamente pela revisão e detalhamento de ações pertinentes ao Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso.

- Rodrigo Romão (Convidado) cumprimentou a todos. Informou que foi convidado pela Diretoria do Departamento de Gestão Ambiental para prestar assessoria técnica à Unidade de Conservação. Comentou que possui experiência acadêmica e profissional na área de saúde ambiental.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) informou que está sendo organizada pelo COMUGESAN uma reunião extraordinária ampliada, com a participação do Conselho Municipal de Política Urbana, Conselho Municipal de Saúde e Sociedade Civil, para o mês de novembro de 2022. Acrescentou que o objetivo do evento é discutir a interferência do Polo Petroquímico do Grande ABC na saúde da população residente no entorno do aglomerado de empresas.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) frisou que o referido encontro foi solicitado e encaminhado pelo COMUGESAN em meados de 2021, e aprovado no Conselho Municipal de Saúde em maio de 2022. Comentou que o foco da discussão será os impactos da atividade petroquímica à saúde pública. Solicitou que seja informada à plenária a lista de palestrantes convidados.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) informou que o convite foi enviado ao Promotor de Justiça do Meio Ambiente José Luiz Saikali, ao Professor Universitário Paulo Saldiva da Faculdade de Medicina da USP, à Médica e Pesquisadora Maria Angela Zacarelli da Faculdade de Medicina do ABC, ao Químico João Carlos Mucciacito da CETESB, a Representações e Associações de Moradores do Entorno, ao Secretário Municipal de Saúde José Police Neto e ao Médico Sanitarista Fernando Galvanese.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se houve a confirmação da data para a reunião ampliada.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) respondeu que ainda não, pois está aguardando autorização do Presidente Gilvan Ferreira de Souza Júnior (SUP/SEMASA).

- Joyce de Cillo Rios (OAB) perguntou se as partes envolvidas na CPI da BRASKEM foram contatadas para contribuir com a discussão de 17/11/2022.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) informou que a Dra. Maria Angela Zacarelli, o professor Paulo Saldiva e o promotor José Luiz Saikali foram ouvidos na CPI.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) comentou que, antes da reunião ampliada, será encaminhada pela Secretaria Executiva do COMUGESAN a todos os Conselhos Municipais participantes uma lista de subsídios acadêmicos e técnicos (artigos, pesquisas, ações jurídicas, atas de reuniões, links de acesso às CPIs relacionadas ao Polo Petroquímico etc.).

INFORME ISA CTEEP – ATUALIZAÇÃO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO 345 kV ALTO DA SERRA – SUL

- Naiany Bonamichi Silva (CTEEP) informou que fará uma breve atualização sobre o andamento do projeto de implantação da linha de transmissão 345 Kv Alto da Serra – Sul.
- Cumprimentou a todos da plenária, agradecendo o convite recebido. Sobre a reposição florestal, considerando as exigências municipais de compensação ambiental, esclareceu que já foram definidas áreas livres do Parque Natural Municipal do Pedroso para plantio, enriquecimento arbóreo e controle de indivíduos exóticos. Acrescentou que a CTEEP enviou ao SEMASA um mapeamento de áreas específicas, a fim de verificar se elas já foram alvo de reposição anterior em outros processos.
- Em 03 de outubro de 2022, informou que foi obtida a Autorização para Supressão de Vegetação e Intervenção em Área de Preservação Permanente, na qual foram incluídos indivíduos isolados e corte de eucaliptos.
- Quanto ao programa de monitoramento de fauna, informou que foi realizada a primeira campanha no Parque Natural Municipal do Pedroso com técnicas não invasivas, em cumprimento a um parecer do órgão licenciador. Comentou que haverá um segundo monitoramento, com o uso de técnicas invasivas a ser autorizado pelo Sistema Integrado de Gestão da Fauna Silvestre – GEFAU. Complementou dizendo que os

resultados da primeira campanha serão publicados em novembro de 2022.

- Informou que foi realizada a campanha para a localização dos sinalizadores de avifauna, cuja aprovação será solicitada em novembro de 2022.
- Quanto às ações de educação ambiental, informou que já foi definida a escola participante que receberá as orientações acerca de processos de implantação de linhas de transmissão, sistemas de energia e meio ambiente. Acrescentou que as atividades serão realizadas primeiramente com o corpo docente e depois com o corpo discente, por meio de jogos e interação. Comentou que o fechamento do programa será feito a partir da criação de uma horta, com a participação dos alunos envolvidos. Ressaltou que o início das etapas de educação ambiental está previsto para o mês de janeiro de 2023.
- Sobre o valor financeiro da compensação ambiental, informou que a destinação dos recursos é definida pela Câmara de Compensação Ambiental. Pontuou que o primeiro pagamento já foi realizado, ressaltando que o valor complementar só será transferido após a implantação do empreendimento (taxa exigida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, correspondente a 0,5% do valor total do empreendimento). Na etapa licenciatória, esclareceu que foi solicitada a alocação dos recursos para as unidades de conservação interceptadas pelo empreendimento (Parque Natural Municipal do Pedroso e Parque Estadual Águas da Billings).
- Encerrou sua fala colocando-se à disposição para o esclarecimento de dúvidas da plenária.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) lembrou que durante a apresentação do projeto da LT ao Conselho Gestor foi sugerida a realização de um estudo arqueológico dentro do Parque Natural Municipal do Pedroso. Perguntou se a proposta foi acolhida e implementada.
- Naiany Bonamichi Silva (CTEEP), a respeito do estudo de arqueologia comentado, informou que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN vem acompanhando o projeto da LT desde a emissão da Licença Prévia, pois uma das condicionantes para a obtenção da Licença de Operação do empreendimento refere-se a prospecções e resultados arqueológicos. Acrescentou que já foi realizado um estudo preliminar para emissão da Licença de Instalação (comprometeu-se a

compartilhar os resultados da primeira etapa com a plenária, caso haja algum interessado).

- Comentou que, paralelamente aos estudos arqueológicos, atividades de educação patrimonial com colaboradores internos, terceiros e público escolar foram exigidas para a emissão da Licença de Operação. Ressaltou que, após a abertura das praças, ocorrerá a finalização dos referidos estudos, que serão validados pelo SEMASA, CETESB e IPHAN.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se o Pico do Bonilha foi apreciado pelos estudos arqueológicos, visto que está situado junto às linhas de transmissão.
- Naiany Bonamichi Silva (CTEEP) respondeu que o foco dos trabalhos compreenderá diretamente as áreas de intervenção (faixa de servidão). Comentou que os estudos estão sendo realizados em parceria com o arqueólogo José Luiz, ex-funcionário do Museu de Arqueologia da USP.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) solicitou atualizações sobre a proposta de regularização fundiária.
- Naiany Bonamichi Silva (CTEEP) comentou que em vez da regularização fundiária, optou-se pela reposição florestal por meio de plantio e/ou enriquecimento como compensação, uma vez que a quantidade de hectares é muito pequena (somente quatro). Salientou que os recursos financeiros provenientes da compensação ambiental e da instituição de servidão (cerca de um milhão de reais), repassados à Unidade de Conservação, poderão ser utilizados para fins de regularização fundiária.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) informou que o processo para avaliação da instituição de servidão já está em posse do SEMASA. Adiantou que será agendada uma reunião com a Procuradoria Patrimonial da Prefeitura de Santo André para definição judicial acerca da relação entre as matrículas cadastradas e o tamanho real das áreas.
- Alexandre Almeida Oshiro (Clube da Família do Parque Andreense) perguntou qual a área total cogitada anteriormente para regularização fundiária.
- Nathalia Oliveira Padovanni Pinto (DGA/SEMASA) esclareceu que a conversão financeira, caso a regularização fundiária tivesse sido

contemplada, o valor seria muito baixo. Acrescentou que por esse motivo optou-se pela reposição florestal.

- Elena Maria Rezende (PROLEG) frisou que, de acordo com o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso, todo valor financeiro deve ser prioritariamente aplicado a ações de regularização fundiária.
- Naiany Bonamichi Silva (CTEEP) encerrou sua fala agradecendo o convite.
- Alexandre Almeida Oshiro (Clube da Família do Parque Andreense) questionou o fato de não ter ficado claro se o valor obtido a partir da instituição da faixa de servidão será destinado a benfeitorias para o Parque Natural Municipal do Pedroso.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) informou que a conversa com a Procuradoria Patrimonial da Prefeitura de Santo André tem por objetivo garantir que os recursos sejam repassados integralmente à Unidade de Conservação.

INFORME CMPU – ATUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA POLÍTICA URBANA DE SANTO ANDRÉ (AUDIÊNCIAS TEMÁTICAS)

- Mario Matiello (Convidado – C MPU) apresentou-se como Diretor de Planejamento Estratégico da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos – UP AE/PSA. Agradeceu o convite do COMUGESAN, explicando que sua exposição está relacionada ao andamento do processo de revisão das leis urbanísticas.
- Iniciou-se a projeção de slides (a apresentação encontra-se disponível na Secretaria Executiva do COMUGESAN).
- Ao final da exposição, esclareceu que a Revisão do Marco Regulatório Urbano é parte integrante da base de estudo legal do Programa Santo André 500 Anos. Comentou que existe o interesse em promover a Revisão do Marco Regulatório Ambiental, com a discussão do Plano de Mudanças Climáticas, por exemplo. Destacou que o produto dos referidos processos de revisão configura-se como um instrumento norteador para a elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável, visando ao Acordo de Paris.

- Alexandre Almeida Oshiro (Clube da Família do Parque Andreense) observou que há uma lei antiga que classifica a área onde se situa o Centro Logístico Campo Grande como zona de interesse industrial. No entanto, informou que o local foi decretado como área pertencente à macrozona de proteção ambiental. Apontou que há muitas incompatibilidades entre legislação e o uso efetivo de muitas áreas de mananciais. Ademais, questionou a falta de indicadores/métricas de contaminação de solo e lençóis freáticos nessas áreas.
- Mario Matiello (Convidado – CMPU) comentou que dentro do estudo legal há uma série de diagnósticos que serão contratados, tais como: estudo de solo e lençóis freáticos, mitigação de carbono (este por meio de um inventário de gases de efeito estufa – financiado com recursos do FUMGESAN – e projeto para análise dos impactos da emissão de carbono em todo o território municipal em parceria com a UFABC e USP).
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou, a respeito do termo de cooperação com as universidades comentadas, se já existe um prazo para entrega do estudo de impactos gerados pelo carbono.
- Mario Matiello (Convidado – CMPU) respondeu que ainda não possui esta informação. Compartilhará mais detalhes com o Conselho em breve.
- Alexandre Almeida Oshiro (Clube da Família do Parque Andreense) ressaltou a importância de responsabilizar devidamente os emissores de poluentes instalados em áreas urbanas, que entendem as áreas verdes de proteção e recuperação como redutos destinados exclusivamente a compensações ambientais.
- Mario Matiello (Convidado – CMPU) informou que durante o processo de revisão do Marco Regulatório haverá uma escuta pública para constituição do Conselho da Cidade, composto por cadeiras de diversos conselhos municipais e entidades da sociedade civil. Pontuou que a expectativa é promover o lançamento do referido colegiado em abril de 2023.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) questionou o fato de a Minuta Inicial das Leis do Marco Regulatório ser deliberada apenas pelo Conselho Municipal de Política Urbana. Pontuou que a participação do COMUGESAN é muito importante para a aprovação do documento.

- Mario Matiello (Convidado – CMPU) esclareceu que o CMPU, após a consolidação da referida minuta, será realizada uma conferência para submeter o documento à aprovação final pelos membros do Conselho da Cidade.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) frisou a necessidade de intervenção e deliberação do COMUGESAN em relação às matérias de caráter urbano e ambiental, haja vista os pontos de contato entre ambas as discussões.
- Encerrou a sua fala, colocando-se à disposição para mais esclarecimentos.

INFORME SOCIEDADE CIVIL COMUGESAN – ATUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO PORTO SECO EM PARANAPIACABA

- Elena Maria Rezende (PROLEG) comunicou que este informe será adiado para a próxima reunião, devido à impossibilidade de comparecimento da conselheira Raquel Fernandez Varela (MDV), que havia se responsabilizado pela exposição do tema.

INFORME SEMASA – ATUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO PISCINÃO DO PARQUE DA JUVENTUDE E AMPLIAÇÃO DO ATERRO LARA (MAUÁ)

- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) apresentou-se como Gerente de Planejamento e Licenciamento Ambiental do SEMASA. Sobre o processo de licenciamento do Piscinão do Parque da Juventude, esclareceu que o Relatório Ambiental Simplificado – RAS consta desde o início da análise técnica – o qual foi objeto de complementações solicitadas pela equipe de licenciamento do SEMASA.
- Informou que foi emitida a Licença Prévia em agosto de 2022 para o empreendimento, com uma série de exigências para a fase de instalação. Acrescentou que, por ora, o processo está parado aguardando instruções/estudos/complementações solicitadas para a emissão da Licença de Instalação.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se é possível comentar sobre os principais impactos atribuídos ao empreendimento.
- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) comentou que há um levantamento de impactos relacionados à permeabilidade do solo, supressão de vegetação, movimentação de terra, intervenção em APP etc.

- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou qual o tempo de validade da Licença Prévia.
- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) respondeu que a duração é de 2 (dois) anos – até agosto de 2024. Comentou que ao longo desse período é possível que o empreendedor ingresse com o pedido de instalação. Acrescentou que, em caso de revisão de projeto, as exigências técnicas tornam-se passíveis de alteração.
- Frisou que, se alguém quiser consultar o processo, é possível solicitar formalmente vistas à Secretaria Executiva do COMUGESAN.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se é possível enviar o RAS contendo os apontamentos e complementações recomendadas pela GEPLAN/SEMASA aos conselheiros.
- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) informou que será necessário consultar a Coordenadoria de Assuntos Jurídicos para disponibilização do relatório em si.
- Eriane Justo Luiz Savóia (DGA/SEMASA) ressaltou que na Licença Prévia constam todas as exigências a serem atendidas e/ou complementadas.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) reforçou a necessidade de acesso às informações do RAS.
- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) pontuou que a Licença Prévia analisa somente a concepção do empreendimento, sem analisar profundamente os impactos gerados – etapa a ser concluída somente na fase de instalação. Acrescentou que, por ora, é possível disponibilizar à plenária uma cópia da Licença Prévia.
- Informou que o SEMASA recebeu um requerimento de parecer técnico devido à ampliação do Aterro Sanitário Lara, situado no município de Mauá, que vai gerar impacto sobre o Parque Natural Municipal do Pedroso. Comentou que será agendada uma reunião extraordinária com o Conselho Gestor do PNMP para avaliação da referida proposta, com a presença do empreendedor.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou como será a compensação ambiental.

- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) comentou que pelo fato de o empreendimento estar localizado em Mauá a Unidade de Conservação deste município (Parque do Guapituba) tem prioridade para receber os recursos da compensação.
- Por estar no estágio de Licença Prévia, esclareceu que há poucos detalhes e informações sobre os programas de recuperação e compensação. Após as considerações do Conselho Gestor do PNMP, o COMUGESAN terá acesso ao material.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se a ampliação está relacionada diretamente à implantação da Usina de Recuperação Energética.
- Fernanda Longhini (GEPLAN/SEMASA) informou não saber se existe relação intrínseca entre os projetos.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou se é possível que o COMUGESAN registre qual é a relação da ampliação com a instalação da Usina de Recuperação Energética.
- Fernanda Longhini Ferreira (GEPLAN/SEMASA) afirmou que o questionamento pode ser anexado às considerações do Conselho.
- Sobre a pavimentação do trecho de serra de Paranapiacaba, comentou que a Licença Prévia vencerá em novembro de 2022. Acrescentou que a Secretaria responsável solicitará renovação desta após a liberação de recursos da esfera federal.

INFORME SEMASA – ATUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO PEDROSO

- Elena Maria Rezende (PROLEG), em decorrência do tempo restante da reunião e considerando que ainda não há informações significativas sobre o tema, solicitou a possibilidade de adiar este informe para a próxima ordinária.
- A plenária concordou com a proposição.

INFORME SOCIEDADE CIVIL COMUGESAN – VISTORIA NA VILA DE PARANAPIACABA EM 13/10/2022 REALIZADA EM CONJUNTO COM O CONSELHO DE REPRESENTANTES DE PARANAPIACABA E

PARQUE ANDREENSE, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENEL E SABESP

- Elena Maria Rezende (PROLEG) informou que fará a exposição de alguns pontos relevantes do relatório de vistoria elaborado.
- Iniciou-se a projeção do relatório (o documento encontra-se disponível na Secretaria Executiva do COMUGESAN).
- Ressaltou, após comentários sobre o status dos serviços de abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, realizados em Paranapiacaba, que foi registrado o seguinte encaminhamento:
 1. Convocação de uma reunião em conjunto com o CONDEPHAAPASA e IPHAN para apuração das responsabilidades legais e administrativas em relação à manutenção dos referidos serviços e às possibilidades de intervenção e inovação, em termos de infraestrutura, para a Vila de Paranapiacaba.
- A plenária concordou com o encaminhamento proposto.

APROVAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO ELEITORAL DO BIÊNIO 2023-2024 DO COMUGESAN E FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ANÁLISE DAS CANDIDATURAS INSCRITAS

- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) exibiu à plenária a minuta do Edital de Convocação para as eleições do biênio 2023-2024 do COMUGESAN, reforçando que os prazos do calendário precisam ser rigorosamente cumpridos.

Inscrições	20/10 a 18/11/2022
Análise da Documentação	21 a 24/11/2022
Publicação Resultado da Habilitação	25 e 26/11/2022
Prazo para Recursos	28 a 02/12/2022
Publicação Resultado dos Recursos	03 e 05/12/2022
Eleição	06/12/2022
Publicação Resultado da Eleição	09 e 10/12/2022

- A plenária concordou com a aprovação do teor da minuta do Edital.

- Quanto à Comissão Eleitoral, composta por 4 (quatro) membros fixos, sendo 2 (dois) do Poder Público e 2 (dois) da Sociedade Civil, informou que pelo governo participarão o conselheiro Alexandre Cordeiro de Brito (CAJ/SEMASA) e a conselheira Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA). Pela Sociedade Civil, comentou que somente o conselheiro Wheber Lopes da Silva se inscreveu. Solicitou a indicação de um segundo representante.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) sugeriu que antes da primeira reunião da Comissão seja feita uma nova tentativa de inscrição pela Sociedade Civil. Do contrário, que sejam mantidos somente 2 (duas) representações, 1 (uma) do Poder Público + 1 (uma) da Sociedade Civil.
- Após contatar alguns membros da Sociedade Civil durante a reunião, Elena Maria Rezende (PROLEG) informou que a conselheira da SEESP Luana Gomes Lima, e a conselheira Débora Cristina Santos Diogo da PROLEG colocaram-se à disposição para integrar a Comissão Eleitoral.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) perguntou à plenária se o calendário pode ser aprovado.
- A plenária concordou com a resolução.

JUSTIFICATIVAS DE FALTAS

- Justificaram ausência nesta reunião: Superintendência do SEMASA, Secretaria de Educação da PSA, Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da PSA, Secretaria de Meio Ambiente da PSA, Departamento de Defesa Civil da PSA, Conselho Municipal de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense, MDDF, MDV, SEESP, Sindicato dos Químicos do ABC e FMABC.

ENCERRAMENTO

- Elena Maria Rezende (PROLEG) agradeceu a presença de todos e todas.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja Memória assim redigida e devidamente aprovada deverá ser oportunamente assinada por:

Eriane Justo Luiz Savóia
Secretária Executiva do Comugesan
Diretora do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa



Elena Maria Rezende
Vice-Presidente do Comugesan
Representante da PROLEG – Promotoras Legais Populares de Santo André

Secretaria Executiva
Avenida José Caballero, 143- Centro- Santo André
CEP 09040-210
Fone (11) 4433-9059